



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Silva, Elmo Rodrigues; Oliveira Mattos, Ubirajara Aluizio; dos Santos, Luciano Bispo

Análise da cadeia produtiva da reciclagem do óleo vegetal residual (cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil)

O Social em Questão, vol. 21, núm. 40, 2018, -, pp. 267-288

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264295013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFRJ
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Conflitos Ambientais e Estratégias de Resistência: a Luta pela Água no Riachão

Queite Marrone Soares da Silva¹

Rômulo Soares Barbosa²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a luta pelo acesso a água na comunidade do Riachão, perpassando o campo dos conflitos ambientais e a construção das estratégias de reprodução e resistência. Este trabalho aborda as consequências do processo de modernização agrícola brasileira para a região do Norte de Minas Gerais, intensificando conflitos e desapropriações. Deste modo, os sujeitos acionam sua identidade, organizam e resistem às ameaças externas impostas, sobretudo, pela concepção da natureza enquanto um potencial econômico que desconsidera as especificidades locais. Para tanto, o presente estudo utiliza dados de campo da pesquisa de Dissertação da autora: "Estratégias de Desinvisibilização da Socioeconomia Geraizeira: A Organização Produtiva da Cooperativa do Riachão no Norte de Minas Gerais", defendida em 2016 no Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Palavras-Chave

Conflitos ambientais; Estratégias de resistência; Comunidade do Riachão.

Environmental conflicts and resistance strategies: the fight against water in Riachão

Abstract

This article aims to reflect on the struggle for access to water in the community of Riachão, crossing the field of environmental conflicts and the construction of strategies of reproduction and resistance. This paper deals with the consequences of the Brazilian agricultural modernization process for the northern region of Minas Gerais, intensifying conflicts and expropriations. In this way, subjects activate their identity, organize and resist external threats imposed, above all by the conception of nature as an economic potential that ignores local specificities. To this end, the present study uses field data from the author's Dissertation research: "Strategies for Disinvisibilization of Socioeconomics Geraizeira: The Productive Organization of the Riachão Cooperative in the North of Minas Gerais" defended in 2016 in the Graduate Program in Social Development of the University State of Montes Claros.

Keywords

Environmental conflicts; Resistance strategies; Community of Riachão.

Artigo recebido: outubro de 2017

Artigo aprovado: dezembro de 2017

Introdução

A dinâmica da modernização agrícola no Norte de Minas Gerais provocou a restrição e descaracterização das práticas socioproductivas de vários grupos sociais e das comunidades tradicionais, principalmente, por meio da privatização de áreas de uso comunal e encurralamento³ fundiário, trazendo impactos sociais e ambientais para esta região que é constituída por uma rica biodiversidade local, diversidade cultural e étnica.

Segundo Porto-Gonçalves (2000), os espaços de uso comunal (chapadas) eram tratados como lugares improdutivos na perspectiva capitalista. Deste modo, a implementação de projetos desenvolvimentistas ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970, contribuiu para o empobrecimento da população regional, agravando as condições socioeconômicas, comprometendo os seus recursos naturais e sua sustentabilidade, diante de um processo compreendido como excludente.

Alguns estudiosos regionais asseguram que a forma como a modernização agrícola ocorreu no Norte de Minas Gerais provocou a invisibilização de várias comunidades e grupos, cuja reprodução social, cultural e econômica depende da biodiversidade. Estas afirmativas podem ser constatadas em Dayrell (2000), Costa (2011), Porto-Gonçalves (2000), França; Barbosa; Soares (2006), Feitosa e Barbosa (2005), entre outros.

A modernização da agricultura esteve pautada, de acordo com Feitosa e Barbosa (2005), em quatro pilares: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. Segundo Dayrell (2000) a “chegada das firmas” marca este processo inicial que se intensifica devido à racionalidade produtiva

baseada na economia capitalista, desconsiderando as especificidades locais e a preocupação com a natureza no processo produtivo.

No caso do vale do Riachão, no norte do estado mineiro, se configurou um conflito em torno dos diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais uma vez que, a disputa pela gestão da água se inicia em 1991 com a instalação de pivôs centrais nas nascentes do rio, para a intensificação da agricultura irrigada, além das monoculturas de eucalipto nas chapadas. Esse processo provocou o encurralamento das comunidades rurais atingidas, restringindo não somente o acesso e uso da água para agricultura, pecuária e abastecimento humano, mas a diminuição dos espaços de produção com a expansão do eucalipto.

A racionalidade econômica capitalista ao se manifestar sobre o meio ambiente interfere nas condições de (re)produção das comunidades locais, haja visto que a degradação do meio ambiente, da biodiversidade e dos ecossistemas, interrompe e/ou modifica as práticas de manejo e gestão dos recursos naturais, forçando a reorientação de estratégias de resistência.

Este processo ocorre em várias locais do Norte de Minas Gerais, assim como na região que abrange a sub-bacia do Riachão, num processo de intenso conflito e disputa pela gestão da água e dos recursos naturais, entre pequenos produtores rurais, assim denominados, e os grandes empreendimentos agrícolas; ou como afirma Afonso (2008) entre a agricultura geraizeira e a agricultura empresarial, onde o processo de modernização agrícola brasileira comprometeu as estratégias de sobrevivência. Como consequência, a organização política e as lutas de resistência levaram as comunidades à reorientação de suas estratégias de sobrevivência e convivência com a biodiversidade local.

Modernização agrícola no Norte de Minas Gerais e conflitos ambientais

A execução de projetos desenvolvimentistas ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970 com a criação da Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e com inúmeros programas de investimentos, marca o processo de modernização do campo no Norte de Minas Gerais, que provocou a restrição e descaracterização das práticas socioprodutivas de diversos grupos sociais, por meio da privatização de áreas de uso comunal e encurralamento fundiário, trazendo impactos sociais e ambientais para toda região.

Intensificam as situações de agravando das condições socioeconômicas, a partir da restrição de acesso aos recursos naturais fundamentais para a realização de suas atividades (re)produtivas. Deste modo, se configuram conflitos diante da expansão da agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva e monoculturas de algodão.

Nesta perspectiva que se implementa o Projeto Jaíba na região, que de acordo com Santos (2013) é uma proposta de modernização da agricultura por meio da estrutura elaborada para a irrigação. O objetivo desenhado era a transformação das atividades dos agricultores assentados (trabalhos agregados em fazendas, atividades de plantio de algodão, produção de carvão vegetal, práticas extrativistas) em empresários rurais com produção irrigada, o que provoca uma série de reflexões críticas acerca deste processo, haja vista que não há espaço de produção para subsistência, a intenção é justamente substituir este tipo de produção, transformando os agricultores familiares em empresários, conforme podemos constatar na Etapa 2 do Projeto, constituída apenas por lotes empresariais.

Estas dinâmicas configuram disputas entre diferentes grupos. Por um lado, determinados segmentos apresentam uma estimativa de números de empregos gerados, pautados numa concepção de ganho para a região, e na premissa de desenvolvimento compreendido pelo crescimento econômico. Por outro lado, estas questões repositionam outros grupos que ocupam/ocupavam estes espaços e que vivenciam processos de desapropriação, a partir das unidades de conservação construídas em respostas aos impactos ambientais,

decorrentes das atividades deste grande projeto de irrigação. Estas disputas trazem para o cenário, outras reflexões acerca do desenvolvimento em suas mais diversas adjetivações: sustentável, humano, social, territorial, local, rural, entre outros.

A criação de unidades de conservação como medidas compensatórias, ao longo da baixada média do rio São Francisco, nos municípios de Matias Cardoso e Manga, configurou conflitos ambientais envolvendo várias comunidades tais como: Pau Preto, Pau de Léguas, Quilombo da Lapinha e Quilombo da Praia, que junto a outras comunidades construíram a articulação dos Vazanteiros em Movimento contra a sobreposição dos parques estaduais: Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2001). Deste modo, a efetivação das unidades de proteção integral provocou a restrição de práticas tradicionais destas comunidades afetadas, reforçando o processo de “encurralamento” e de expropriação.

Este processo de mercantilização dos recursos naturais provocou a intensificação da migração, assalariamento, criminalização das reivindicações dos movimentos sociais, expropriação e expulsão de várias famílias, visto que não ocorre a desconcentração fundiária. Um processo de desenvolvimento compreendido como excludente, do ponto de vista do bem estar social dos grupos, com trajetória diferenciada de apropriação e convivência com a biodiversidade local, de modo que a reprodução das unidades familiares vincula-se com as estratégias viabilizadas pelos recursos locais disponíveis.

Intensifica as lutas por terra no Norte de Minas Gerais, produzindo um cenário de resistência, restrição ambiental e socioeconômica, diante da expulsão das famílias pelos empreendimentos que se estabeleciam na região, num cenário que possibilitou a origem dos primeiros assentamentos rurais. Estas questões exerceram forte influência na vida das populações rurais, que se posicionam contra a expropriação das empresas de reflorestamento e fazendeiros, cujo propósito era ampliar a pecuária extensiva (FEITOSA; BARBOSA, 2006).

Para estas comunidades a modernização agrícola interferiu nas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial, significando um violento processo de ruptura, conforme afirma Costa (2011). O autor aborda ainda a expulsão de famílias das terras que foram ocupadas por seus ancestrais.

Almeida (2004) discorre sobre as “terras tradicionalmente ocupadas”, relacionando-as as formas diversas de existência coletiva de vários grupos sociais e as relações estabelecidas com os recursos naturais. Por um lado, estas formações históricas diferenciadas foram inseridas na Constituição de 1988, por outro lado, o autor enfatiza as tensões existentes no processo de reconhecimento jurídico-formal, uma vez que esta inserção não ocorreu por meio de um acatamento absoluto das reivindicações dos Movimentos Sociais, não resultando em resoluções de conflitos, o que constitui um entrave para o reconhecimento de direitos étnicos. Nesta abordagem, a territorialidade é descrita como “fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2004, p. 10) de modo que a base física comum é constituída de regras, laços solidários e ajuda mútua.

A Constituição de 1988 determinou garantias aos grupos sociais que contribuíram historicamente para a formação da Sociedade e da Nação Brasileira. Conforme afirma Costa (2015) todos os demais indivíduos passam a se tornar sujeitos de direitos e a reivindicar a desinvisibilização, haja vista, que o sujeito iluminista de construção da modernidade era homem, branco, e proprietário. No entanto, a Constituição não garantiu efetivamente tais direitos, neste sentido, emergiram processos sociais de lutas e resistências de grupos rurais e urbanos pelo reconhecimento de direitos relativos à diferença. Deste modo, o reconhecimento da identidade ocorre na construção política, quando a acionam para a obtenção de direitos que estes múltiplos grupos reivindicam para o reconhecimento de suas diferenças.

De acordo com Silva (2000) o acionamento da identidade se dá em relação ao outro, assim, a diferença e a identidade são mutuamente

dependentes. Deste modo, a diferença e a identidade não podem ser resumidas à ideia de tolerância com o diverso; a identidade é uma produção, um processo de construção, não é definitiva e nem acabada, está também relacionada às estruturas e sistemas de representação e poder. Deste modo, afirma que:

[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação... Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido (SILVA, 2000, p. 74-75).

As afirmativas sobre a diferença dependem das negações do que eu não sou, assim, a diferença apresenta enquanto produto derivado da identidade; são construções que produzimos no contexto das relações culturais e sociais. A disputa por identidade envolve disputas por recursos simbólicos e materiais. Implica em ações de incluir e excluir, do “nós” e “eles” consiste na demarcação de fronteiras entre os que estão dentro e os que estão fora.

A respeito das interações sociais, as ciências sociais utilizam o termo de etnicidade para designar seu sistema de organização e classificação, por meio de categorias que distinguem o “nós” e o “eles”, onde os mecanismos de distinção mútua ocorrem nas interações sociais de seus membros. Deste modo, Pinto (2012) afirma que os sistemas de classificação étnicos expressam formas de organização social de diferentes culturas. Os laços interpessoais entre membros de uma mesma categoria étnica resultam redes étnicas ligadas a uma territorialidade própria, cujo território possui valor prático e simbólico, a exemplo de grupos indígenas e quilombolas. O termo etnicidade retrata processos de construção de identidade e grupos sociais, nestes grupos, podem coexistir, combinar e competir diferentes formas de organização da etnicidade. Desta forma, a identidade étnica

está intimamente relacionada com a autodefinição de sujeitos e sua classificação por outros, num processo de interação e diferenciação, e também de produção de fronteiras.

Neste contexto de disputas por recursos simbólicos e matérias se institui os conflitos, expressão das tensões no processo de reprodução de modelos de desenvolvimento. Segundo Acselrad (2004) os conflitos se estabelecem a partir do embate entre os diferentes modos de apropriação, significação e uso dos recursos naturais. Para o autor, a apropriação do meio material pela sociedade, não ocorre somente para a superação de carências e restrições materiais, mas também consistem em projetar diferentes significados, assim, as relações sociais e os modos de apropriação do mundo material corresponde à base em que as sociedades produzem sua existência. Acselrad (2004) discorre que os conflitos ambientais são:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos de vida diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Este processo apresenta a oposição entre o crescimento econômico e a base finita de recursos, neste meio, ocorre às múltiplas formas sociais de apropriação e significação do mundo material que de certa maneira expressa a diferenciação social dos indivíduos a partir das estruturas desiguais de distribuição e acesso, que reforçam a superioridade real e simbólica dos dominantes. Os conflitos “podem configurar-se tanto através de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno às categorias de legitimação das práticas” (ACSELRAD, 2004, p. 24).

Segundo Bourdieu (2004) o mundo social é composto de estruturas socialmente construídas que constroem e transcendem os indiví-

duos, criando disposições, orientando ou coagindo em suas práticas e representações, para além de sua consciência e vontade. Deste modo, o espaço social é composto de estruturas, de maneira que as práticas vêm acompanhadas de quem as praticou, sendo inseparáveis do sistema simbólico, que por sua vez, impõe uma visão de mundo a partir de um processo de divisão, classificação e hierarquização. Sendo assim, os conflitos são expressões das formas de dominação e as distâncias espaciais refletem as distâncias sociais.

Estas diferenciadas formas de adaptação dos atores sociais ao mundo material, juntamente com suas ideologias e modos de vida provocam os conflitos, num contexto que demanda a organização política e as lutas, criando a necessidade de constantes (re)construções de estratégias de sobrevivência e resistência, percebidas em diversos grupos sociais, que acionam a sua identidade para reivindicar a garantia de direitos sociais.

Nesta perspectiva, a instalação de pivôs na nascente do rio Riachão configurou um conflito pela gestão da água entre agricultores rurais da região, e grandes empreendimentos agrícolas, num processo que comprometeu as atividades produtivas das comunidades ao redor, forçando a reorientação de suas estratégias de sobrevivência e convivência com a biodiversidade local.

Conflitos Ambientais e Estratégias de Resistência: A Luta Pela Água no Riachão

As relações entre homem/natureza revelam um demasiado conflito, questão que contribui para o desdobramento de estudos e debates acerca da temática em questão. A conciliação entre os limites e escassez dos recursos naturais, em contrapartida com as necessidades ilimitadas dos homens, e, principalmente, com as diferentes formas de percepção e apropriação dos recursos naturais pelo próprio homem, representam relações conflituosas, uma vez que estes se apropriam dos recursos naturais proporcionalmente às necessidades constantemente criadas.

A alteração das formas de uso e apropriação do meio ambiente provoca a desorganização dos sistemas de produção e reprodução de grupos e comunidades locais, que tem íntima relação com os recursos naturais na (re)construção dos seus modos de vida, baseados no sistema de manejo comunitário.

Alier (2007) destaca o crescimento econômico como um fator que contribuiu para a expansão dos movimentos do ecologismo e do ambientalismo, assim, distinguiu por sua vez as três principais correntes do movimento ambientalista: o culto silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. A primeira corrente defende a natureza intocada e sua conservação, além do direito das espécies à vida, afirmando que a relação do homem com o meio ambiente ocasiona a depredação da natureza, ou seja, o homem é um predador. A segunda corrente reconhece que os recursos naturais são finitos, defende uma economia ecológica em que ocorra a disciplina da apropriação capitalista. Já a última, discorre sobre a justiça ambiental, afirmando que outros grupos humanos podem ter uma relação com a natureza que não seja de depredação.

Existem disputas entre as três principais correntes do ecologismo, com destaque para o culto silvestre que defende a ideologia da conservação, se apresentando contrária à interação do homem com a natureza, teoria que embasa a criação das unidades de conservação e que intensifica conflitos, diferentemente do ecologismo dos pobres que defende que as comunidades tradicionais e rurais apresentam uma característica própria de manejo dos recursos naturais, de tal modo que, uma vez sendo essencial para sua reprodução social, o uso ocorre de forma consciente. O ecologismo dos pobres se define enquanto ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental, enfatiza o conflito entre a economia e o meio ambiente, ressaltando a atuação do crescimento econômico para os impactos ambientais, que atingem grupos sociais que lutam e resistem diante de uma série de conflitos. A ideia principal defendida refere-se à materialidade do meio ambiente como condição

para a reprodução social dos sujeitos, demandando justiça primeiramente pelos humanos “pobres” de hoje, destacando por sua vez, o papel importante desses grupos para a conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento que se reproduz tradicionalmente.

Alier (2007) destaca as relações de conflito presente na distribuição e acesso dos recursos naturais, assim aproxima a ecologia política e a economia política se referindo aos conflitos distributivos existentes. A primeira trata da distribuição ecológica como condição necessária para a reprodução da vida, já a segunda se refere à distribuição econômica, e a possibilidade de convivência dos homens com a natureza, associada às estratégias de crescimento econômico. O conflito ocorre na distribuição e acesso dos recursos naturais, bem como por meios das consequências desencadeadas.

O rio Riachão é afluente do Rio São Francisco, nasce na Lagoa da Tiririca no município de Montes Claros/MG, e deságua no Rio Pacuí, numa extensão de aproximadamente 90 quilômetros, passando pelos municípios de Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. Nesta sub-bacia vive aproximadamente 3.000 famílias, em sua maioria agricultores familiares que sobrevivem com a criação de animais e pequenas produções que comercializam na região.

O rio sempre foi abundante em água e fonte indispensável nas atividades dos pequenos produtores rurais⁴, possibilita a irrigação de hortaliças, da lavoura, uso doméstico e dessedentação de animais, entre outros; sendo essencial para a região e sobrevivência de centenas de agricultores, uma vez que é fundamental para o abastecimento humano e das suas produções e criações.

De acordo com Afonso e Cleps Junior (2006) a região é coberta pelo cerrado e se divide em três unidades eco-geográficas básica: a baixada, a encosta e a chapada. A primeira é utilizada na agricultura de hortaliças, grãos e alho; a segunda possui espécies características como o coco macaúba e a aroeira; já a chapada possui uma vegetação de cerrado de médio porte.

A década de 1960 é marcada pelo desmatamento para a produção de carvão e pelo comprometimento do potencial hídrico do Riachão, tendo em vista a monocultura de eucalipto, a irrigação por pivô central e a utilização de agrotóxicos, como fatores que provocaram a destruição do cerrado, bem como o assoreamento do rio e de seus afluentes. Afonso (2009) destaca que o processo de modernização agrícola se territorializa no vale do Riachão a partir da década de 1970, com a influência da agricultura empresarial.

A instalação dos primeiros pivôs centrais na Lagoa do Tiririca, nascente do Riachão, na década de 1980 é apontada pelos agricultores como o problema principal da diminuição da vazão do rio. Ocorre a interrupção do rio e sua escassez, acompanhada da diminuição de toda riqueza natural. Neste contexto, se desdobra um intenso conflito entre irrigantes e pequenos produtores rurais da Sub-bacia do Rio Riachão, os embates iniciais são registrados a partir da década de 1990.

De um lado, os irrigantes apresentam a outorga de uso da água concedida pelo Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (IGAM), além dos empréstimos concedidos para a mecanização da agricultura. Do outro lado, estão os agricultores, que tem sua produção comprometida em virtude da diminuição da vazão do rio, que torna a água escassa até mesmo para o consumo doméstico, não possuindo as mesmas tecnologias dos grandes produtores, restando apenas duas alternativas insuficientes: adquirir as bombas de sucção e perfuração de poços artesianos (prática extremamente cara) ou depender da Prefeitura Municipal de Montes Claros que, esporadicamente enviava carros-pipa para abastecer a comunidade.

Segundo Afonso (2008), entre as décadas de 1990 a 2000, foi implantado 26 mil hectares de eucalipto no médio e alto Riachão, de modo que o uso desordenado do solo e da água acompanhado de consequências ambientais, sociais e econômicas, prejudicou o agricultor, que se depara com a necessidade de buscar melhores condições de vida e a reorientação das estratégias produtivas.

Nesta perspectiva, a população reivindicava revisão das outorgas e soluções emergenciais favoráveis à revitalização do rio e das áreas afetadas. O conflito pela água chamou a atenção da mídia, o ápice foi a publicização do conflito em escala nacional com divulgação de matéria na capa da Revista Globo Rural, em 1998⁵. Os agricultores prejudicados intensificaram as manifestações, pressionando medidas de caráter emergencial, como a construção de barragens, bacias de captação e pequenos barramentos. Desta forma, várias iniciativas se destacam motivadas pela busca de alternativas em favor da conservação e restauração do rio e das áreas degradadas.

Em 1995 foi criada a associação que é a associação Riacho Dantas, começamos também a buscar alternativas para salvar o rio Riachão, então tivemos juntos 62 associações da sub bacia do Rio Riachão, buscamos 4 municípios que é Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, do qual na nascente encontrava vários pivôs centrados retirando toda a água, e aí que surgiu a questão da união entre os agricultores e várias comunidades e municípios junto a FETAENG, o CAA, a Cooperativa grande sertão e Sindicatos dos trabalhadores rurais da região, no sentido de salvar aquele rio (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora em maio de 2013).

No ano de 2000 iniciou-se o monitoramento da vazão do lençol subterrâneo e da vazão do rio, além de estudo e monitoramento de uso de agrotóxicos na área, através da contratação do Instituto do Meio Ambiente (IMA). Neste mesmo ano, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) sugeriu a criação de um conselho gestor, com o objetivo de proporcionar um espaço político para se debater o problema. Assim, este foi constituído por representantes das comunidades locais, irrigantes, órgãos governamentais e ONGs.

Em 2001, o IGAM investiu em ações de educação ambiental e contratou a Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) para o cadastramento dos usuários da bacia,

justificando a necessidade de modificar os hábitos dos agricultores da área. Em 2003 e 2004 ocorreu o embargo dos pivôs centrais devido às várias manifestações e reivindicações das comunidades locais por meio do movimento associativista, que pressionou o governo municipal e estadual, além disso, foram feitas obras de retenção de águas de chuvas (AFONSO; CLEPS JUNIOR, 2006).

Em 2004 foram lacradas oito bombas de pivô central que irrigavam 310 hectares de lavouras de tomate, milho, cana e sementes de capim. No ano de 2005 o IGAM lacrou cinco bombas de sucção em fazendas as margens do Riachão, as bombas funcionavam sem licença ambiental e sem outorga para fins agrícolas, e o excesso de água retirado para a irrigação de lavouras era a causa principal da seca do rio.

Deste modo, a década de 2000 foi apontada pelas comunidades afetadas como um momento marcante, tendo em vista a concretização de conquistas que representavam anos de luta e mobilização pelo acesso a água na sub-bacia do Riachão. As atividades de articulação faziam parte de um processo de organização comunitária em defesa do meio ambiente, como fonte indispensável para a reprodução das unidades familiares, como é narrado por um dos moradores da comunidade: “a gente conseguiu em 2005 o lacramento das bombas, então partimos para a recuperação do mesmo [Rio Riachão] que é no sentido do cercamento da nascente, beira de rio, e recuperação das áreas degradadas”. (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora em maio de 2013).

Após as bombas serem lacradas, outras demandas socioeconômicas emergiam, vários agricultores haviam abandonado suas terras em decorrência dos processos de conflito que restringiram o acesso aos recursos naturais, interrompendo os seus mecanismos de (re)produção socioeconômica.

A partir desse momento [...] veio a preocupação da geração de renda dentro da região [...] com esse lacramento das bombas alguns agricultores já retornaram logo em seguida, e aí então como

ainda não tinha água e tinha as áreas todas degradadas principalmente na questão do eucalipto, foi aonde a gente buscou alternativas e apoio de algumas entidades pra que pudesse fazer um aproveitamento dos frutos da região, uma vez encontrando em abundância ainda lá, o coco macaúba e o pequi além do coquinho azedo, a mangaba, a cagaita, o panã (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão entrevista realizada pela autora em maio de 2013).

Diante deste contexto, aumenta a preocupação com a geração de renda, situação que desencadeou a busca de alternativas e apoio de entidades sociais. Deste modo, surge o debate sobre o aproveitamento dos frutos regionais, entre eles o coco macaúba, destacado como abundante nas comunidades, cujo manejo já era realizado no cotidiano das famílias, na produção de sabão caseiro e para a alimentação dos animais, sobretudo, nos períodos de seca. Deste modo, em meio à disputa pelo acesso a água, após manifestações, mobilizações e ações estratégicas, no ano 2000 surge a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM), com o propósito de gerar trabalho e renda para os agricultores da região, por meio dos princípios do cooperativismo.

Considerações Finais

A diversidade sociocultural da região tem sido comprometida pelos processos hegemônicos que sobrepõe à dinâmica da acumulação capitalista a sustentabilidade dos recursos naturais. O conflito no Riachão perdurou aproximadamente quatorze anos, entre os anos de 1991 a 2005 com o esperado “lacramento” das bombas de pivôs centrais que intensificaram a seca na sub-bacia do Riachão.

A modernização da agricultura provocou mudanças intensas na vida dos moradores da região, implicando em várias consequências para os agricultores, como a reorientação de suas estratégias produtivas. Estas rupturas e transformações não ocorreram de forma homogênea e harmônica, uma vez que as diferenças existentes nas formas de apropriação dos recursos naturais marcam um percurso

de disputa e conflito por acesso. Este processo não só contribuiu para a desorganização das estratégias dos grupos sociais do Norte de Minas, como provocou também a exclusão ainda maior, haja vista que fomentou as monoculturas, reflorestamentos e grandes cultivos irrigados, que restringiram o acesso dos meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades socioprodutivas.

A perspectiva do desenvolvimento voltado para o crescimento econômico, através da relação utilitarista, apresenta uma problemática em debate, uma vez que por meio dos mecanismos e técnicas de apropriação, compromete a organização dos ecossistemas, interferindo na relação de convivência entre homem e natureza. Assim, a discussão da sustentabilidade é composta de contradições, com interesses divergentes, especialmente no que se pretende de fato sustentar. O debate da sustentabilidade necessita da construção de novos valores e racionalidades diferentes da lógica econômica atual, nesta perspectiva, as comunidades com suas formas singulares de produção, baseadas no conhecimento tradicionalmente reproduzido, são fundamentais em suas relações peculiares com a natureza.

As comunidades rurais da sub-bacia do Riachão sofreram diretamente com a expansão do capitalismo no campo, desta forma, várias iniciativas de resistência são criadas. Nesta perspectiva, a UBCM surge como uma estratégia de organização produtiva, onde se beneficia o coco macaúba de forma organizada e coletiva. Emerge enquanto uma forma de resistência dos agricultores diante destes fatores que forçavam o abandono de suas práticas e a saída de suas terras. Deste modo, após as experiências na unidade de beneficiamento, os associados formalizam a Cooperativa do Riachão (Coope-Riachão) como uma proposta de expandir as oportunidades de comercialização dos seus produtos, e de se organizarem política e coletivamente.

Referências

ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AFONSO, P. C. S. Gestão e Disputa pela água na Sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

_____. O Uso e a Gestão Comunitária da Água na Agricultura Geraizeira no Vale do Riachão em Montes Claros/MG. In: *Anais... IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária; V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Niterói/RJ: 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Priscilla%20Caires%20Santana%20Afonso.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____.; CLEPS JUNIOR, J. A Questão da Água na Bacia do Riachão- Norte de Minas Gerais: Gestão e Conflitos pelo uso na agricultura. In: *Anais... I Encontro de Grupos de Pesquisa*. Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t08.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

ALIER, J.M. *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 6, n.1, p. 9-32, mai. 2004.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSTA, J. B. de A. A (DES) Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da Identidade, do Pertencimento e do Modo de Vida como Estratégia para efetivação de direito coletivo. In: GAWORA, D.; SOUZA IDE, M.H. de; BARBOSA, R.S. (Org.). *Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011. p. 51-68.

_____. *A invenção dos sujeitos de direitos e processos sociais: povos e comunidades tradicionais no Brasil e no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Initia Via, 2015.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: DAYRELL, C.; LUZ, C. (Org.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p.191-274.

FEITOSA, A. M. A.; BARBOSA, R. S. *Homem e Natureza nos Gerais de Minas*. Montes Claros: Editora Iseib, 2005.

_____. A dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. et al. *Debaixo da Lona: Tendências e Desafios Regionais da Luta pela posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

FRANÇA, I. S. de; BARBOSA, R. S.; SOARES, B. R. *O Sertão Norte-Mineiro e suas transformações recentes*. Montes Claros: Editora Iseib, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: DAYRELL, C.; LUZ, C. (Org.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

PINTO, P. G. H. da R. Grupos étnicos e etnicidade. In: LIMA, A. C. de S. *Antropologia e Direito*. Brasília: Nova Letras, 2012.

SANTOS, K. C. *Heterogeneidade nas estratégias de sustento: A experiência da Intervenção Planejada na Etapa 1 do Projeto Jaíba, Minas Gerais*. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2013.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-30.

SOARES, Q. M. *Estratégias de Desinvisibilização da Socioeconomia Geraizeira: A Organização Produtiva da Cooperativa do Riachão no Norte de Minas Gerais*. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2016.

Notas

- 1 Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Social Pelo PPGDS/Unimontes. Bacharel em Ciências Sociais/Unimontes. Pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes. Nº ORCID 0000-0003-0924-4434. E-mail: queitemarroneppgd-sunimontes@gmail.com
- 2 Orientador da dissertação. Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricul-

tura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisador no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes. N° ORCID: 0000-0001-9226-2312. E-mail: romulosoaresbarbosa@gmail.com

- 3 O termo encurralamento é uma analogia a perda de espaço físico do gado por meio dos currais, sendo apropriado regionalmente pelas comunidades para denunciar a perda de direitos e espaços físicos e simbólicos, diante das ações de empreendimentos com lógicas e percepções diferenciadas. No caso específico do Riachão aqui estudado, o encurralamento ocorre por meio do aumento dos empreendimentos de irrigação, e pela expansão das monoculturas de eucalipto que limitam os seus espaços de produção e reprodução.
- 4 Denominação usada pelos entrevistados para se referir as atividades produtivas em pequena escala.
- 5 O pivô da discórdia. Revista Globo Rural, n. 158, p. 48- 56, 1998.

